

Artigo

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM PELO ENSINO DE GEOGRAFIA

The construction of the concept of landscape through the teaching of geography

La construcción del concepto de paisaje a través de la enseñanza de la geografía

Data de recebimento: 02/02/2026

Data de publicação: 30/07/2026

Josimar Gonzaga Dias¹

Suzana Ribeiro Lima Oliveira²

RESUMO

Este trabalho investiga como as concepções estéticas e contemplativas de paisagem, predominantes no senso comum e no Ensino Médio, limitam o desenvolvimento do pensamento geográfico crítico. A fundamentação teórica percorre a evolução do conceito, desde a herança pictórica renascentista e as bases científicas de Humboldt e Ritter, até a perspectiva contemporânea de Milton Santos, que define a paisagem como um "palimpsesto" de formas herdadas e o espaço como a vida que as anima. Através de uma abordagem qualitativa de caráter descritivo-exploratório e revisão bibliográfica (2000-2025), a pesquisa analisa o papel da paisagem como categoria analítica essencial para a formação cidadã. Os resultados indicam que o ensino tradicional, muitas vezes restrito a materiais apostilados e descrições superficiais, reforça visões estereotipadas que ignoram processos socioeconômicos e históricos invisíveis à observação direta. Em contrapartida, propõe-se uma transposição didática que utilize metodologias vivenciais e mediação docente para converter a percepção visual em interpretação crítica. Conclui-se que superar a visão da paisagem como mera "cena" é fundamental para que o estudante compreenda as dinâmicas socioambientais, especialmente em contextos locais como o Cerrado. Ao articular forma, conteúdo e tempo, a Geografia escolar capacita o aluno a ler o mundo de maneira complexa, promovendo a consciência ambiental e a intervenção social consciente, transformando a materialidade observada em instrumento de empoderamento e exercício da cidadania.

Palavras-chave: Cidadania. Formação de conceitos. Ensino de Geografia. Aprendizagem.

ABSTRACT

This work investigates how aesthetic and contemplative conceptions of landscape, prevalent in common sense and in secondary education, limit the development of critical geographical thinking. The theoretical foundation traces the evolution of the concept, from the Renaissance pictorial heritage and the scientific foundations of Humboldt and Ritter to the contemporary perspective of Milton Santos, who defines landscape as a "palimpsest" of inherited forms and space as the life that animates them. Through a qualitative descriptive-exploratory approach and bibliographic review (2000-2025), the research analyzes the role of landscape as an essential analytical category for citizen education. The results indicate that traditional teaching, often restricted to textbook materials and superficial descriptions, reinforces stereotypical views that ignore socioeconomic and historical processes invisible to direct observation. In contrast, a didactic transposition is proposed that uses experiential methodologies and teacher mediation to convert visual perception into critical interpretation. It is concluded that overcoming the view of landscape as a mere "scene" is fundamental for students to understand socio-environmental dynamics, especially in local contexts such as the Cerrado. By articulating form, content, and time, school geography enables students to read the world in a complex way, promoting environmental awareness and conscious social intervention, transforming the observed materiality into an instrument of empowerment and the exercise of citizenship.

Keywords: Citizenship. Concept Formation. Geography Teaching. Learning.

¹ Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí (UFJ)
E-mail: josimargonzagadias2013@gmail.com

² Professora da Graduação e Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Jataí (UFJ)
E-mail: suzanarili@ufj.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6162-3517>

RESUMEN

Este trabajo investiga cómo las concepciones estéticas y contemplativas del paisaje, predominantes en el sentido común y en la enseñanza secundaria, limitan el desarrollo del pensamiento geográfico crítico. La fundamentación teórica recorre la evolución del concepto, desde la herencia pictórica renacentista y las bases científicas de Humboldt y Ritter, hasta la perspectiva contemporánea de Milton Santos, que define el paisaje como un «palimpsesto» de formas heredadas y el espacio como la vida que las anima. A través de un enfoque cualitativo de carácter descriptivo-exploratorio y una revisión bibliográfica (2000-2025), la investigación analiza el papel del paisaje como categoría analítica esencial para la formación ciudadana. Los resultados indican que la enseñanza tradicional, a menudo restringida a materiales de los libros de texto y descripciones superficiales, refuerza visiones estereotipadas que ignoran los procesos socioeconómicos e históricos invisibles a la observación directa. Por el contrario, se propone una transposición didáctica que utilice metodologías experienciales y la mediación docente para convertir la percepción visual en interpretación crítica. Se concluye que superar la visión del paisaje como mera «escena» es fundamental para que el estudiante comprenda las dinámicas socioambientales, especialmente en contextos locales como el Cerrado. Al articular forma, contenido y tiempo, la Geografía escolar capacita al alumno para leer el mundo de manera compleja, promoviendo la conciencia ambiental y la intervención social consciente, transformando la materialidad observada en un instrumento de empoderamiento y ejercicio de la ciudadanía.

Palabras clave: Ciudadanía. Formación de Conceptos. Enseñanza de la geografía. Aprendizaje.

INTRODUÇÃO

Ao se buscar no dicionário o significado de paisagem, encontra-se a seguinte conceituação: “1. extensão de território que o olhar alcança num lance; vista, panorâmica; 2. conjunto de componentes naturais ou não de um espaço externo que pode ser apreendido pelo olhar; 3. espaço geográfico de um determinado tipo; 4. pintura, desenho, gravura, fotografia, etc. em que o tema principal é a representação de formas naturais e de lugares campestres” (Houaiss 2026). A leitura da definição evidencia, em primeiro plano, a centralidade do olhar e da percepção visual na construção do sentido atribuído à paisagem, isto é, é priorizada a dimensão estética, contemplativa e descritiva. A ênfase na aparência e na observação direta revela, portanto, uma concepção historicamente vinculada às artes e às práticas de representação do espaço.

A compreensão lexical atual dialoga com o percurso histórico-linguístico, como abarcado pelo estudo de Silva (2007), o vocábulo “paisagem” aproxima-se do termo italiano *paesaggio*, difundido no contexto da pintura renascentista, no qual passou a ser concebido como composição visual organizada a partir do ponto de vista do artista. Nessa perspectiva, refere-se ao conjunto de elementos que o olhar consegue abarcar em um único instante, configurando o horizonte perceptivo do sujeito.

Compreendida sob esse enfoque, a paisagem apresenta-se como forma visível e representação construída, resultante da interação dos objetos observados e o modo como são percebidos. A apreensão do espaço não ocorre de maneira neutra ou objetiva, pois é mediada pelas experiências, referências culturais e expectativas do observador. Assim, configura-se como

expressão da relação sujeito-meio e reflete a materialidade do espaço e as interpretações e sentidos atribuídos a ele.

Desse modo, embora a definição dicionarizada e sua trajetória histórico-linguística evidenciem a primazia do olhar e da dimensão estética na constituição do conceito, tais perspectivas não esgotam a complexidade que envolve a noção de paisagem. Ao ultrapassar o campo estritamente representacional, torna-se necessário considerar que o espaço visível é também resultado de processos históricos, sociais, econômicos e culturais que o produzem e o transformam continuamente. É nesse alargamento interpretativo que a Geografia insere sua contribuição, deslocando o enfoque da paisagem como mera cena contemplada para compreendê-la como categoria analítica fundamental à leitura do espaço, articulando forma, conteúdo e dinâmica. Assim, adentra-se, a seguir, na conceituação de paisagem à luz do pensamento geográfico, no qual a materialidade observável se entrelaça às relações humanas que a constituem e lhe atribuem sentido.

Posto isso, como as concepções iniciais estéticas e contemplativas de paisagem, predominantes entre estudantes do Ensino Médio em contextos locais como Jataí-GO, limitam o desenvolvimento do pensamento geográfico crítico e da formação cidadã, especialmente quando confrontadas com metodologias pedagógicas tradicionais que priorizam descrições superficiais em detrimento de análises dinâmicas e vivenciais das transformações socioambientais? Neste encaminhamento, o objetivo desse trabalho é compreender as perspectivas sobre o processo de ensino e aprendizagem do conceito de paisagem para a construção de um pensamento geográfico crítico e a formação da cidadania.

METODOLOGIA

Este trabalho investigativo sustenta-se por uma abordagem qualitativa de pesquisa. Nesse sentido, buscará sobrelevar elementos característicos das relações entre os sujeitos, com base em uma análise interpretativa e mais próxima entre investigador e objeto de estudo. A proposição de metodologia adotar uma abordagem qualitativa de caráter descritivo-exploratória

Nessa direção, Gil (2002, p. 61), remete a “[...] um estudo exploratório, posto que tem a finalidade de proporcionar a familiaridade do aluno com a área de estudo no qual está interessado, bem como sua delimitação.” Trata-se, pois, de etapa necessária, por meio da qual o pesquisador tem a oportunidade de notar ou não familiaridade com a temática a ser discutida.

O estudo bibliográfico fundamentar-se em sítios virtuais, como o catálogo de teses e dissertações da Capes, da Plataforma Sucupira, e em publicações periódicas, a exemplo de artigos, documentos da área de educação, legislações, livros e revistas disponibilizados em sites de busca na rede mundial de computadores. Além das obras de autores que abordam a problemática discutida neste projeto, atinente aos conceitos e problemáticas relacionadas a formação de professores no que diz respeito as práticas de alfabetização e letramento.

Na etapa inicial, definiu-se o tema, problema e objetivos da pesquisa para delimitar o escopo. Em seguida recorreu-se a confiáveis, como SciELO, Google Acadêmico e o Periódicos CAPES. Delimitou-se o período temporal de 2000 até 2025 para busca da bibliografia. Logo, foi avaliado o impacto e a relevância destes, aplicando critérios como atualidade e qualidade metodológica. Por fim foi extraída as informações chave e sintetizado os achados em um texto neste artigo,

1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO CONCEITO DE PAISAGEM NA GEOGRAFIA

A consolidação da paisagem como conceito científico na Geografia remonta ao século XIX, momento em que a disciplina se estrutura enquanto campo autônomo do conhecimento. Conforme sistematiza Baldin (2021), a paisagem foi singularmente elaborada por Alexander von Humboldt, cuja perspectiva, de inspiração estética e científica, a compreendia como o “conjunto de formas que caracterizam um setor determinado da superfície terrestre” (Bolós, 1992 apud Baldin, 2021, p. 4). Ao lado de Carl Ritter, Humboldt contribuiu para uma concepção holística da Geografia, na qual a compreensão dos lugares exigia a articulação entre aspectos físico-naturais e dimensões humanas e sociais (Mendonça, 1997 apud Baldin, 2021). Desde sua origem disciplinar, portanto, a paisagem já se apresentava como expressão da relação indissociável entre homem e natureza.

No final do século XIX e início do XX, duas tradições geográficas imprimiram marcas significativas ao conceito: a escola alemã, associada a Ferdinand von Richthofen, e a escola francesa, vinculada a Paul Vidal de la Blache. Enquanto a noção alemã de *Landschaft* enfatizava a associação morfológica e cultural entre elementos naturais e humanos, o termo francês *paysage* dialogava mais diretamente com a tradição estética e regional (Baldin, 2021). Apesar das diferenças semânticas, ambas as abordagens partilhavam o reconhecimento dos processos interativos entre sociedade e natureza, fundamento que sustentaria, posteriormente, o desenvolvimento da Geografia Cultural.

Ao longo do século XX, a paisagem experimentou oscilações em sua centralidade teórica. Em determinados momentos, foi preterida por categorias como espaço, território e lugar, igualmente voltadas à compreensão da ação humana sobre a superfície terrestre, conforme Da Silva e Fonseca (2018). Contudo, a partir da década de 1970, com a chamada “virada cultural”, o conceito retoma vigor, incorporando novas matrizes epistemológicas. A paisagem passa a ser entendida não apenas como conjunto de formas visíveis, mas como síntese de elementos materiais e imateriais, resultantes de processos históricos (Da Silva e Fonseca, 2018). Consolida-se, assim, a compreensão de que não basta descrever a paisagem; é necessário interpretar as relações sociais nela inscritas, situando-as em múltiplas escalas espaciais e temporais:

O estudo da paisagem local não deve restringir à mera constatação e descrição dos fenômenos que a constituem. Deve-se também buscar as relações entre a sociedade e natureza que aí se encontram presentes, situando-as em diferentes escalas espaciais e temporais, comparando-as, conferindo-lhes significados, compreendendo-as. Estudar a paisagem local ao longo do primeiro e segundo ciclos é aprender a observar e a reconhecer os fenômenos que a definem e suas características; descrever, representar, comparar e construir explicações, mesmo que aproximadas e subjetivas, das relações que aí se encontram impressas e expressas (Brasil, 2000, p. 116).

A ampliação conceitual foi acompanhada pela valorização da dimensão cultural. Autores como Jean-Marc Besse destacam a paisagem como elemento constitutivo da História Ambiental, enfatizando que natureza e sociedade devem ser compreendidas em interação dinâmica. A paisagem deixa de ser concebida como cenário passivo e passa a ser entendida como resultado de processos históricos nos quais a natureza também desempenha papel ativo (Baldin, 2021).

A compreensão contemporânea de paisagem adquire maior densidade analítica a partir das contribuições de Santos (2017). Para o autor, paisagem e espaço não podem ser tratados como termos equivalentes, pois correspondem a dimensões distintas da realidade geográfica. Segundo Santos (2017, p. 67), “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”, enquanto “o espaço são essas formas mais a vida que as anima”. Tal distinção permite compreender que a paisagem se refere à materialidade visível acumulada historicamente, ao passo que o espaço incorpora as práticas sociais que conferem sentido e funcionalidade a essas formas.

Nessa perspectiva, a paisagem constitui-se como um conjunto de objetos concretos, naturais e artificiais, resultantes de diferentes períodos históricos que coexistem no presente. Trata-se de uma construção transtemporal, marcada pela sobreposição de formas oriundas de distintas fases da

organização social. Santos (2017) observa que tais objetos não se deslocam fisicamente com facilidade, mas passam por ressignificações contínuas à medida que novas funções lhes são atribuídas. A permanência material, associada à mutabilidade funcional, confere à paisagem caráter relativamente estável, sem implicar imobilidade histórica.

Ao diferenciar paisagem e espaço, Santos (2017) enfatiza que o espaço representa uma construção social dinâmica, permanentemente redefinida pelas ações humanas. Enquanto a paisagem pode ser compreendida como sistema material, o espaço configura-se como sistema de valores, no qual cada fração territorial adquire significado conforme os usos e interesses predominantes em determinado contexto histórico. Nessa direção, o autor afirma que “o espaço é sempre um presente”, pois resulta da atualização constante das formas herdadas.

A paisagem, embora apreendida inicialmente pelo olhar, não se limita à dimensão estética. Sua materialidade expressa relações sociais pretéritas, modos de produção superados e técnicas anteriormente dominantes. Tal característica leva Santos (2017) a concebê-la como espécie de palimpsesto, no qual se sobrepõem marcas de diferentes tempos históricos, dialogando com Reboratti (1993), ao defini-la como “uma combinação de vários tempos presentes”.

Contudo, Santos (2017) adverte que a paisagem, considerada isoladamente, constitui apenas uma abstração, apesar de sua concretude material. Sua plena inteligibilidade depende da articulação com o espaço social, no qual as formas adquirem conteúdo. Ao afirmar que “os objetos técnicos, só por sua presença, não têm outro significado senão o paisagístico”, ressalta que tais objetos permanecem como simples materialidade enquanto não são apropriados socialmente. Somente por meio do trabalho e das práticas cotidianas convertem-se em elementos ativos da organização espacial. Essa compreensão conduz à noção de forma-conteúdo: a forma espacial, quando impregnada de significados sociais, transforma-se em espaço.

Ao tratar da relação entre paisagem, sociedade e história, Santos (2017) afirma que “a paisagem é história congelada, mas participa da história viva”. Tal formulação expressa seu duplo caráter: registro material do passado e suporte das práticas atuais. As formas herdadas condicionam, ainda que não determinem de modo absoluto, as possibilidades de uso e apropriação do território. No campo epistemológico, o autor alerta para os riscos de abordagens que privilegiam exclusivamente a descrição das formas, desconsiderando os processos sociais que lhes conferem sentido, pois “o espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem tivessem uma vida própria” (Santos, 2017).

A crítica à redução da paisagem ao campo de visão também é desenvolvida por Venturi (2018), ao questionar definições que a compreendem como “a expressão visível” ou como “a extensão do cenário que pode ser visto a partir de um único ponto de vista”. Para o autor, tal perspectiva desloca o foco do objeto para o observador, empobrecendo o conceito ao restringi-lo à capacidade sensorial da visão. Do ponto de vista epistemológico, definir paisagem como aquilo que o olhar alcança não esclarece o que ela é, mas apenas como é percebida. Nesse sentido, Venturi (2018) argumenta que um conceito científico deve incidir sobre a natureza do objeto e seu funcionamento, e não sobre os limites ópticos de quem observa.

Além disso, ao circunscrever a paisagem ao que está enquadrado no campo visual, incorre-se em um problema de escala e delimitação: qualquer objeto visível poderia, em tese, ser considerado paisagem. Como consequência, a indeterminação compromete a análise geográfica e reduz a paisagem a uma espécie de cena pictórica, semelhante a uma imagem emoldurada. Como adverte o autor, essa postura metodológica ignora que muitos dos processos constitutivos da paisagem não são imediatamente visíveis, mas podem ser inferidos a partir de indícios materiais.

Venturi (2018) destaca, assim, a importância da inferência como procedimento fundamental da análise geográfica. Elementos não observáveis diretamente, como clima, estrutura geológica, processos erosivos ou relações socioeconômicas, podem ser reconhecidos por meio da articulação entre os componentes visíveis e os conhecimentos científicos acumulados. A paisagem, portanto, não se limita à sua aparência, mas deve ser compreendida como resultado de interações dinâmicas entre componentes físicos, biológicos e humanos, cuja totalidade ultrapassa o enquadramento visual imediato.

Para além disso, a distinção proposta por Santos (2017) contribui para superar leituras dualistas que separam rigidamente natureza e sociedade, forma e conteúdo, materialidade e ação. Não existe dialética entre as formas enquanto formas, mas entre sociedade e espaço. A paisagem participa desse processo como parte da situação concreta, integrando as tensões entre necessidades sociais em transformação e estruturas espaciais herdadas.

Se, em Santos (2017), a ênfase recai sobre a materialidade histórica das formas e sua articulação com as práticas sociais que constituem o espaço, o debate ainda amplia essa perspectiva ao incorporar de modo mais sistemático a dimensão simbólica e representacional da paisagem, compreendendo-a também como construção cultural mediada por percepções, valores e imaginários sociais. Nessa perspectiva ampliada, a paisagem é simultaneamente realidade material e representação. Para Iná Elias de Castro, ela resulta de um processo cognitivo mediado pelo imaginário social e por valores simbólicos, sendo, ao mesmo tempo, concreta e representada (apud Baldin 2021).

O desenvolvimento da noção de paisagem cultural reforça esse entendimento. Desde o uso do termo *Kulturlandschaft*, associado a Ritter e posteriormente desenvolvido por autores como Otto Schlüter, consolidou-se a distinção entre paisagem natural e paisagem transformada pela ação humana (Baldin, 2021). Contudo, tal distinção não implica separação absoluta, pois toda paisagem é atravessada por processos históricos, culturais e econômicos. Como sintetiza Liz Abad Maximiano (2004 apud Baldin, 2021), a paisagem envolve dimensão visual, morfológica, cultural, temporal, cartográfica e dinâmica, podendo ser analisada quanto à sua estrutura, funcionamento e evolução.

Essa compreensão impede a idealização da chamada “natureza intocada”. A paisagem, enquanto construção sócio-histórica, incorpora práticas produtivas, relações de poder e disputas simbólicas (Diegues, 2008 apud Baldin 2021). Ela conjuga passado e presente, materialidade e memória, forma e processo, configurando-se como zona de interface onde se desenvolvem as relações entre sociedade e natureza (Baldin, 2021).

Assim, os fundamentos teóricos do conceito de paisagem revelam um percurso marcado por ampliação e complexificação. De cena contemplada à categoria analítica central, a paisagem passa a ser compreendida como síntese dinâmica de formas, processos e significados. É real e representação; é marca histórica e experiência vivida; é expressão das relações sociais e, simultaneamente, elemento que as condiciona. Essa base sustenta a análise geográfica contemporânea e prepara o terreno para discutir, no âmbito desta tese, como tais fundamentos dialogam com as percepções da paisagem no contexto do ensino de Geografia.

2. PERCEPÇÕES DA PAISAGEM POR MEIO DO ENSINO DE GEOGRAFIA

No contexto escolar, a paisagem assume um estatuto multifacetado, configurando-se simultaneamente como conceito científico, recurso didático e objeto de mediação pedagógica. Tal

condição exige do professor a capacidade de articular o conhecimento acadêmico produzido no campo da Geografia com as experiências cotidianas dos estudantes, promovendo aproximações entre saberes sistematizados e vivências concretas. Essa perspectiva requer que os educadores estejam conscientes de sua responsabilidade como educadores de pensamentos reflexivos e incentivadores de atitudes críticas entre seus alunos, a fim de prepará-los para a formação de sua cidadania.

Destarte, o ensino de Geografia contribui para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a sustentabilidade e com a busca por uma melhor qualidade de vida, ao proporcionar aos alunos uma compreensão mais aprofundada da paisagem em que vivem. Ao utilizar diferentes metodologias e recursos, os professores incentivam os alunos a desenvolver habilidades de observação e análise crítica, interpretar as características físicas, sociais, culturais e econômicas da paisagem ao seu redor. Com isso, os estudantes adquirem uma compreensão mais profunda e complexa do contexto espacial em que vivem. Pois, segundo Santos (2022, p.66) “ler o mundo por meio da Geografia é um dos maiores desafios que professores e professoras de Geografia enfrentam, visto que muitas das vezes os discentes não conseguem abstrair os conteúdos geográficos”.

O ensino proporciona a capacidade de identificar elementos e padrões na paisagem, como relevo, vegetação, hidrografia, estruturas urbanas e atividades humanas. Assim, o estudo da Geografia, a formação de percepções da paisagem nos estudantes durante as aulas, permite promover também o desenvolvimento da consciência ambiental. Os alunos aprendem sobre os impactos das ações humanas na paisagem, como desmatamento, urbanização desordenada e poluição. Isso os ajuda a compreender a importância da conservação dos recursos naturais e a adotar comportamentos mais sustentáveis.

Conforme sistematiza Felício (2021), o ensino da paisagem situa-se na interface entre a epistemologia da ciência geográfica e os conteúdos escolares, demandando processos constantes de seleção, reorganização e ressignificação dos conceitos. A transposição didática do conceito de paisagem não se limita à adaptação de conteúdos, mas envolve a reconstrução de sentidos, de modo que o conhecimento científico se torne ensinável e socialmente relevante. Nesse processo, a paisagem passa a operar como instrumento de leitura da realidade, favorecendo a formação de um pensamento geográfico capaz de articular forma, função, processo e significado. Felício (2021) destaca que, embora o ensino de Geografia venha incorporando recursos tecnológicos e

metodologias interativas, tais inovações, quando restritas ao plano técnico, nem sempre resultam em transformações significativas nas práticas pedagógicas.

As reflexões propostas por Cavalcanti (2008; 2017; 2019) reforçam a necessidade de aproximar a escola das universidades e dos centros de pesquisa, visando à atualização permanente do professor e à construção coletiva do conhecimento. Para a autora, a escola deve manter-se aberta às renovações teóricas e metodológicas, preservando o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática. Nessa direção, afirma que “a tarefa do professor é ajudar os alunos a desenvolverem um olhar geográfico” capaz de interpretar a realidade empírica como dimensão espacial mediada por conceitos (Cavalcanti, 2017, p. 108).

No âmbito da formação conceitual, pesquisas indicam que muitos estudantes constroem uma imagem estereotipada da paisagem, frequentemente associada a cenários naturais, bucólicos e estáticos, consoante o já abordado anteriormente. Cavalcanti (2008) observa que tal concepção reduz o potencial analítico do conceito, ao desconsiderar os processos sociais, econômicos e históricos que configuram o espaço. Diante dessa limitação, torna-se necessário desenvolver práticas pedagógicas que problematizem as imagens cristalizadas, favorecendo leituras mais dinâmicas e contextualizadas, ponto que está em consonância com o abordado no subtópico anterior.

A paisagem, nessa perspectiva, pode ser compreendida como categoria analítica, ao possibilitar a interpretação dos fenômenos espaciais; categoria pedagógica, ao orientar estratégias didáticas; categoria social, ao refletir práticas e conflitos; e categoria cultural, ao expressar valores, memórias e identidades, como pontuado por Santos (2017). A articulação de tais dimensões contribui para que o ensino ultrapasse a descrição superficial das formas, promovendo uma aprendizagem orientada pela reflexão crítica. A paisagem foi, por longos períodos, relegada a uma posição secundária na Geografia, sendo superada por categorias como região, espaço e território, o que reforça a relevância de sua retomada no contexto educacional.

Ao tratar da dimensão social e cultural da paisagem, Puntel (2007) destaca que ela revela as relações entre o social, o cultural, o patrimonial e o cívico, justificando sua presença no currículo escolar. Tal compreensão amplia o alcance do conceito, permitindo que os estudantes identifiquem, no espaço vivido, marcas de desigualdades, disputas simbólicas e processos de pertencimento.

No que se refere às práticas pedagógicas, Felício (2021) ressalta que muitos sistemas de ensino, especialmente em instituições privadas, adotam materiais apostilados que tendem a engessar o trabalho docente, limitando a autonomia do professor. Por conseguinte, dificulta-se a construção de propostas contextualizadas e compromete o desenvolvimento intelectual dos estudantes. A superação desse quadro requer investimento em formação continuada, reflexão coletiva e fortalecimento da dimensão investigativa da docência.

A utilização de linguagens imagéticas constitui um dos recursos mais recorrentes no ensino da paisagem. Entretanto, Felício (2021) alerta para o risco de se atribuir às imagens um papel meramente motivacional. Consoante o autor, os recursos visuais não garantem, por si, a aprendizagem, sendo necessário integrá-los a processos reflexivos e a mediações conceituais consistentes.

No ensino de Geografia, a paisagem é entendida como o resultado da interação entre elementos naturais e culturais presentes em um determinado espaço geográfico. Portanto, a construção desse conceito envolve a análise e interpretação das características físicas, biológicas, culturais e sociais de um lugar. Ao trabalhar o conceito de paisagem, o ensino de Geografia visa desenvolver habilidades de observação, análise crítica e compreensão do mundo ao redor. Além disso, busca-se promover uma reflexão sobre as transformações da paisagem ao longo do tempo, as relações de poder envolvidas nesses processos e as possibilidades de intervenção e preservação do meio ambiente.

Nessa abordagem, para Silva e Aragão (2012, p.58), “o ensino de Geografia se renova e torna-se capaz de explicar o real, de fazer com que o aluno possa entender suas relações, identificar-se com os fatos, com os lugares e o movimento da sociedade, inserindo-se e percebendo-se incluído nessa dinâmica”.

A importância da mediação docente é igualmente enfatizada por Castellar (2013 apud Felício, 2021), ao defender que a aprendizagem ocorre quando as aulas incorporam as representações dos estudantes e promovem o confronto entre diferentes concepções. Para a autora, a construção do conhecimento exige a articulação entre saberes prévios, discussões coletivas e explicações teoricamente fundamentadas, favorecendo interpretações mais profundas dos fenômenos espaciais.

Inferese, a partir do apresentado, que, embora a paisagem seja um tema recorrente no ensino básico, muitos alunos apresentam dificuldades em sua conceituação. Apesar dos conceitos como ferramentas culturais que participam dos processos mentais de explicação da realidade, contribuindo para a compreensão efetiva do espaço. Nessa direção, defende que ensinar paisagem não se resume à transmissão de definições, mas à formação de modos de pensar geograficamente.

No contexto contemporâneo, marcado pela intensificação do fluxo de informações e pela predominância de linguagens rápidas e fragmentadas, o ensino da paisagem enfrenta o desafio de disputar a atenção dos alunos. Felício (2021) argumenta que a aproximação entre os conteúdos escolares e o cotidiano dos sujeitos constitui estratégia relevante para tornar o processo de aprendizagem mais significativo. Ao reconhecer os estudantes como sujeitos sociais portadores de trajetórias diversas, o professor amplia as possibilidades de mediação e de construção coletiva do conhecimento.

Desse modo, a paisagem, enquanto categoria epistemológica no ensino de Geografia, configura-se como instrumento privilegiado para a formação de uma leitura crítica do mundo. Sua abordagem integrada, articulando dimensões materiais, simbólicas, históricas e sociais, favorece a compreensão das espacialidades e das contradições que estruturam a realidade. Conforme sistematiza Felício (2021), o estudo da paisagem pode constituir ponto de partida para a compreensão do lugar, do espaço vivido e das transformações sociais, contribuindo para a superação da dissociação entre saberes científicos e experiências cotidianas.

Assim, ensinar Geografia a partir da paisagem implica concebê-la como ferramenta intelectual, mediadora entre conteúdo, sujeito e forma, capaz de promover o desenvolvimento do pensamento geográfico e de subsidiar a formação de cidadãos críticos, atentos às dinâmicas espaciais e às responsabilidades sociais que delas decorrem.

CONCLUSÃO

A análise do texto evidencia que as concepções iniciais de paisagem, marcadas por uma dimensão estética e contemplativa enraizada na tradição pictórica renascentista e nas definições lexicais atuais, impõem limitações significativas ao desenvolvimento do pensamento geográfico crítico e à formação cidadã no Ensino Médio.

Predominantes entre estudantes, essas visões reduzem a paisagem a uma mera extensão visual ou cena bucólica, priorizando descrições superficiais mediadas pelo olhar subjetivo e experiências culturais imediatas, o que se agrava com metodologias pedagógicas tradicionais baseadas em apostilas engessadas e aulas expositivas descritivas.

Tal abordagem ignora a complexidade analítica proposta pela Geografia, desde Humboldt e as escolas alemã e francesa até formulações contemporâneas como as de Milton Santos, que distinguem paisagem como materialidade histórica acumulada, um palimpsesto de formas naturais e artificiais herdeiras de relações sociedade-natureza do espaço como sistema dinâmico de práticas sociais e valores em constante atualização.

Essa dicotomia revela não apenas uma herança epistemológica, mas um entrave pedagógico: ao relegar processos invisíveis como dinâmicas socioeconômicas, erosão ambiental e desigualdades espaciais, o ensino falha em transformar alunos em intérpretes críticos da realidade, limitando sua capacidade de inferir transformações e intervir como cidadãos conscientes.

No âmbito escolar brasileiro, alinhado à BNCC e diretrizes curriculares, essa limitação perpetua um perfil estudantil passivo, distante das demandas por sustentabilidade e participação cívica em cenários de urbanização desordenada e degradação como por exemplo no Cerrado, onde percepções estereotipadas impedem a articulação entre forma observável, conteúdo social e processos históricos.

Superar esse quadro exige uma transposição didática renovada, com metodologias vivenciais como saídas de campo, análises de desenhos e geotecnologias, que problematizem visões cristalizadas e promovam a paisagem como categoria multifacetada, analítica, pedagógica e cultural, fomentando habilidades de observação crítica, ressignificação de imaginários e ações propositivas.

Assim, o texto não só diagnostica o predomínio de uma Geografia descritiva sobre a crítica, mas convoca uma formação docente continuada que eleve a disciplina a instrumento de empoderamento, alinhando epistemologia acadêmica às vivências cotidianas e preparando sujeitos capazes de decifrar e transformar suas paisagens locais em espaços justos e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

BALDIN, Rafael. Sobre o conceito de paisagem geográfica. **Paisagem e Ambiente**, 2021. Disponível em: <http://repositoriocopia.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/25737>. Acesso em: 16 fev. 2026.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: Caracterização da Área de Geografia. Brasília: MEC/SEF, 2000.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Pensar pela Geografia**: ensaio e relevância social. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Ensaio de Geografia e demandas contemporâneas: práticas e formação docente. In: ALVES, Adriana Olivia; KHAOULE, Anna Maria Kovacs (org.). **A geografia no cenário das políticas públicas educacionais**. Goiânia: C&A Alfa & Comunicação, 2017.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas, SP: Papirus, 2008.

DA SILVA, Patrícia Honorio Moura; FONSECA, Ricardo Lopes. O ensino do conceito geográfico de paisagem por meio da literatura de cordel a partir de uma oficina pedagógica. Geografia (Londrina), v. 27, n. 1, p. 161-173, 2018. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/29053/23443>.

FELICIO, Willian Franco. CONCEPÇÕES SOBRE O CONCEITO DE PAISAGEM E SUA INSERÇÃO NO ENSINO DE GEOGRAFIA:: elementos para uma investigação. Revista Brasileira de Educação em Geografia, v. 11, n. 21, p. 05-27, 2021. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/992>.

PUNTEL, Geovane. A paisagem no ensino da geografia. **Ágora**, v. 13, n. 1, p. 283-298, 10 dez. 2007. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/130>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

SANTOS, Francisco Kennedy Silva dos. Práticas Geográficas: por um ensino cidadão. **Revista Contexto Geográfico**, v. 7, n. 13, p. 66-72, 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/contextogeografico/article/view/13234>. Acesso em: 5 jan. 2024.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. In: SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. Cap. 2, p. 72.

SILVA, Vicente de Paulo da. Paisagem: concepções, aspectos morfológicos e significados. **Sociedade & Natureza**, v. 19, n. 1, p. 199-215, 2007.

SILVA, Nubelia Moreira da; ARAGÃO, Raimundo Freitas. A observação como prática pedagógica no ensino de geografia. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 3, n. 6, p. 50-59, jul./ dez. 2012. Disponível em: <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/174>>. Acesso em: 8 jan. 2024.